



## Protocolo de Cooperação

Considerando que:

- a) De acordo com o n.º 3 do artigo 8.º e do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 106/2013, de 30 de julho, as organizações não-governamentais de pessoas com deficiência (ONGPD) de representação genérica têm direito a apoio financeiro ao funcionamento concedido pelo Estado;
- b) Nos termos das disposições articuladas dos n.ºs 1 e 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 106/2013, de 30 de julho e do artigo 10.º da Portaria n.º 7/2014, de 13 de janeiro, a atribuição do referido apoio financeiro ao funcionamento depende do registo como ONGPD junto do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR, I.P.) e da celebração de protocolos de cooperação;
- c) O n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 106/2013, de 30 de julho, identifica o INR, I.P. como principal interlocutor institucional de apoio às ONGPD;
- d) Nos termos da al. l), do n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 31/2012, de 9 de fevereiro, constitui atribuição do INR, I.P. apoiar as ONGPD e avaliar os respetivos relatórios de atividades e contas, nos termos da lei;
- e) A **Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD)** é uma ONGPD de representação genérica, encontrando-se registada no INR, I.P. para efeitos de celebração de protocolo de cooperação de apoio financeiro ao funcionamento nos termos legais atrás referidos;
- f) Foi publicado o Regulamento de Apoio Financeiro ao Funcionamento das ONGPD, Regulamento n.º 1026/2020, de 18 de novembro, doravante identificado apenas por Regulamento, que estabelece que o apoio financeiro ao funcionamento está sujeito à celebração de dois protocolos de cooperação entre o INR, I.P. e as ONGPD, sendo um protocolo de adiantamento e um protocolo final, conforme previsão do artigo 4.º do Regulamento;
- g) Nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento, o protocolo final de cooperação tem por objetivo a definição dos termos e condições de atribuição do apoio financeiro ao funcionamento no ano em causa;
- h) Para efeitos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a FPDD cumpriu com a obrigação de entrega do relatório de execução do apoio recebido no ano anterior, e respetivo balancete do centro de custos;



FEDERAÇÃO PORTUGUESA  
DE DESPORTO PARA PESSOAS  
COM DEFICIÊNCIA

*fr*

Entre:

**Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR, I.P.)**, pessoa coletiva nº 600055930, com sede na Avenida Conde Valbom, nº 63 – 1069-178 Lisboa, neste ato representada por Humberto Fernando Simões dos Santos, na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, adiante designado PRIMEIRO OUTORGANTE;

e

**Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD)**, pessoa coletiva nº 502513934, com sede na Rua Presidente Samora Machel, Lote 7 – R/c Dto. – 2620-061 Olival Basto, neste ato representada por Fausto José da Cruz Pereira, na qualidade de Presidente, adiante designado SEGUNDO OUTORGANTE,

É celebrado o presente protocolo de cooperação que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

O presente protocolo de cooperação tem por objeto a definição dos termos e condições de atribuição e execução do apoio financeiro ao funcionamento atribuído pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante, relativamente ao ano de 2021, em cumprimento do estipulado na al. b) do artigo 4.º e artigo 14.º do Regulamento.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Período de execução**

O período de execução das despesas objeto da comparticipação financeira ao abrigo do presente protocolo de cooperação decorre de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, independentemente da data da sua assinatura pelos outorgantes.

fr

### Cláusula 3.ª

#### Comparticipação financeira

1 - A participação financeira a prestar pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante destina-se a custear as despesas gerais de funcionamento elegíveis constantes do artigo 9.º do Regulamento e identificadas no anexo a este protocolo.

2 – O montante da participação financeira a prestar pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante no âmbito do apoio financeiro ao funcionamento para o ano de 2021, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento e do respetivo Anexo, ascende a **21.250,86€ (vinte e um mil duzentos e cinquenta euros e oitenta e seis cêntimos)**, produto da soma das seguintes parcelas:

- a) valor da participação financeira fixada no protocolo de cooperação de adiantamento já celebrado e pago: **9.663,08€ (nove mil seiscentos e sessenta e três euros e oito cêntimos)**;
- b) valor da participação financeira fixado no presente protocolo de cooperação final a ser celebrado e pago nesta data: **11.587,78€ (onze mil quinhentos e oitenta e sete euros e setenta e oito cêntimos)**.

3 – O Primeiro Outorgante procederá ao pagamento da participação financeira referida alínea b) do n.º 2 através de transferência bancária para o IBAN nº PT50 0033 0000 0004 9854 37422, nos termos e no prazo referidos no artigo 15º do Regulamento.

### Cláusula 4.ª

#### Obrigações e direitos do Primeiro Outorgante

1 – No âmbito do presente protocolo, o Primeiro Outorgante possui as seguintes obrigações:

- a) Proceder ao pagamento da participação financeira devida ao Segundo Outorgante, de acordo com o previsto no artigo 15º do Regulamento;
- b) Fornecer ao Segundo Outorgante toda a informação relevante para efeitos do apoio financeiro ao funcionamento.

2 – Constituem nomeadamente direitos do Primeiro Outorgante:

- a) Avaliar a execução do apoio financeiro ao funcionamento concedido ao Segundo Outorgante;
- b) Proceder à realização de ações de controlo financeiro *in loco*, podendo para o efeito ser ordenados inquéritos, sindicâncias e inspeções;

- c) Solicitar ao Segundo Outorgante, sempre que necessário, a prestação de esclarecimentos e a apresentação de documentos no âmbito da avaliação da execução do apoio prestado e respetivo controlo e acompanhamento;
- d) Aplicar as sanções previstas na lei e no presente protocolo, no caso de incumprimento por parte do Segundo Outorgante.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Obrigações e direitos do Segundo Outorgante**

1 – No âmbito do presente protocolo, o Segundo Outorgante possui as seguintes obrigações:

- a) Aplicar a comparticipação financeira identificada na cláusula 3.ª às despesas gerais de funcionamento elegíveis constantes do artigo 9.º do Regulamento e identificadas no formulário de candidatura ao apoio financeiro ao funcionamento;
- b) Proceder à entrega dos relatórios previstos no artigo 18.º do Regulamento, de acordo com o fixado nesse normativo;
- c) Cumprir com as regras de contabilidade específica estabelecidas no artigo 16.º do Regulamento;
- d) Prestar esclarecimentos e apresentar documentos, sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, nomeadamente no âmbito da avaliação da execução do apoio e ações de controlo financeiro;
- e) Colaborar nas ações de controlo financeiro e fiscalização desenvolvidas pelo Primeiro Outorgante, na sede, delegações ou núcleos da Segunda Outorgante;

2 – O Segundo Outorgante tem direito ao recebimento pontual da comparticipação financeira devida pelo Primeiro Outorgante, nos termos constantes do artigo 15.º do Regulamento.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Mora**

A mora no cumprimento da obrigação prevista na alínea b), do n.º 1, da cláusula 5.ª, e antes da verificação do incumprimento definitivo previsto no n.º 4 do artigo 18.º do regulamento, determina a aplicação ao Segundo Outorgante de uma penalização no valor de 5% do apoio concedido no ano a que se referem os relatórios.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Incumprimento das obrigações do Segundo Outorgante**

O incumprimento das obrigações previstas nas alíneas a) e b,) do n.º 1, da cláusula 5.ª constitui o Segundo Outorgante no dever de proceder à reposição dos montantes devidos a título de apoio financeiro ao funcionamento pelo Primeiro Outorgante.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Aplicação supletiva e subsidiária**

A todas as situações não previstas no presente protocolo é aplicável, de forma supletiva e subsidiária, o Regulamento de Apoio Financeiro ao Funcionamento das ONGPD.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Vigência**

O presente protocolo vigora pelo período de tempo indispensável à plena concretização do seu objeto.

O presente protocolo é assinado em duplicado, ficando um original na posse de cada um dos outorgantes.

Lisboa, 26 de Maio de 2021

O Primeiro Outorgante

Humberto Santos

Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

O Segundo Outorgante

Fausto José da Cruz Pereira

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com  
Deficiência (FPDD)

**Anexo**  
**Despesas a Protocolar - 2021**

<b>Identificação da das Associadas/Sede/delegações/núcleos a quem se destina o apoio</b>		
<b>FPDD</b>		

<b>Encargos com recursos humanos</b>		
<b>Sede/núcleo/delegação/associada</b>	<b>Nome</b>	<b>Valor máximo</b>
Sede	Manuela Palma	3.719,72 €
Sede	Carla Soares	3.466,28 €
Sede	Raúl Cândido	688,06 €
Sede	Eduardo Pereira - > Hugo Silva	1.560,27 €
Sede	Carlota Cunha	262,33 €
Sede	Susana Santos	3.325,87 €
Sede	José Ricardo Rocha	1.500,00 €
Sede	Luís Taborda	1.000,00 €
<b>Total</b>		<b>15.522,53 €</b>

<b>Transporte nas deslocações, alojamento e alimentação em território nacional, decorrentes de reuniões, conferências e similares em representação institucional da ONGPD</b>	
<b>Sede/núcleo/delegação/associada</b>	<b>Valor máximo</b>
Sede	1.000,00 €
<b>Total</b>	<b>1.000,00 €</b>

<b>Encargos com água</b>		
<b>Sede/núcleo/delegação/associada</b>	<b>Fornecedor</b>	<b>Valor máximo</b>
Sede	SIMAR	75,00 €
<b>Total</b>		<b>75,00 €</b>

<b>Encargos com eletricidade</b>		
<b>Sede/núcleo/delegação/associada</b>	<b>Fornecedor</b>	<b>Valor máximo</b>
Sede	EDP	625,00 €
<b>Total</b>		<b>625,00 €</b>

<b>Encargos com comunicações e alojamento de sites</b>		
<b>Sede/núcleo/delegação/associada</b>	<b>Fornecedor</b>	<b>Valor máximo</b>
Sede	NOS	375,00 €
Sede	VODAFONE	500,00 €
Sede	CTT	80,00 €
<b>Total</b>		<b>955,00 €</b>

Encargos com rendas de instalações		
Sede/núcleo/delegação/associada	Fornecedor	Valor máximo
Total		0,00 €

Encargos com serviços de contabilidade		
Sede/núcleo/delegação/associada	Fornecedor	Valor máximo
Sede	Quest 21 II - Consulting	1.500,00 €
Sede	PKF	825,00 €
Total		2.325,00 €

Material consumível de escritório e consumível de informática, bem como a aquisição de software informático e respetivas licenças, desde que, comprovadamente, sejam imprescindíveis ao normal funcionamento das ONGPD		
Sede/núcleo/delegação/associada	Identificação do encargo	Valor máximo
Sede	Licença programa PRIMAVERA	500,00 €
Sede	Consumíveis de escritório e de informática	256,25 €
		756,25 €

Total protocolado	21.258,78 €
-------------------	-------------